

Por que eles rejeitam o desenvolvimento viável

23 MAR 1987

Temos criticado veementemente, em nossos editoriais, a decisão do governo brasileiro de suspender o pagamento dos juros da dívida externa. Mas, ao mesmo tempo, temos dito — e não é de hoje — que, fundamentalmente, o Brasil tem razão nas alegações que apresenta para justificar este ato, o que pode parecer contraditório para os leitores menos atentos. Explicamo-nos: realmente, há muito tempo que está claro que não é mais possível continuar financiando o desenvolvimento das nações do Terceiro Mundo com dinheiro emprestado a juros e prazos de mercado e, menos ainda, manter-se o esquema atual de renegociação das dívidas contraídas no passado com acordos de curto prazo que obrigam os governos devedores a periódicos acertos com as centenas de bancos credores, privados ou não, apenas para “rolar” o principal da dívida e cobrir o seu serviço.

Esta impossibilidade, aliás, é universalmente reconhecida pelas autoridades financeiras e até pelos banqueiros em geral dos países desenvolvidos credores do Brasil.

E já era assim muito antes do ministro Dilson Funaro assumir o papel de D. Quixote das dívidas do Terceiro Mundo. O Plano Baker, lançado pelo secretário do Tesouro norte-americano há quase dois anos, por exemplo, representou o primeiro reconhecimento oficial — ainda que indireto — dessa realidade. E dos mais variados representantes da comunidade financeira internacional têm partido repetidos sinais de que ninguém, hoje em dia, a contesta. O atual diretor do FMI, Michel Camdessus, teve o apoio do Brasil para se eleger para o cargo exatamente porque concorda inteiramente com essa tese. As autoridades e banqueiros europeus e norte-americanos salvo as exceções que fazem a regra, e também as comunidades acadêmicas desses países, endossam-na publicamente. E mesmo depois da declaração da moratória brasileira, as manifestações de apoio e compreensão para com o dilema dos endividados só têm aumentado em todo o mundo.

Muito bem: é exatamente por termos conhecimento dessa realidade que temos criticado, não as razões fundamentalmente justas que levam o Brasil e os outros endividados a fazer suas reivindicações, mas sim o tom e os métodos escolhidos pelo ministro Funaro e pelo presidente Sarney para apresentá-las à comunidade financeira internacional. E isso porque, não havendo, atualmente, no mundo, quem discorde dos argumentos brasileiros, a única justificativa que resta para explicar por que elas estão sendo apresentadas com atos e palavras de tom agressivo e até temerário que levam o País a incorrer em sérios riscos de retaliações, de todo desnecessários, é a esperança do presidente Sarney e do sr. Dilson Funaro de, instrumentalizando politicamente assunto tão delicado, salvarem a face do estrondoso fracasso em que, por motivos exatamente semelhantes — a manipulação política de questões econômicas —, transformaram o Plano Cruzado.

Onde, isto sim, existe uma contradição flagrante, é na atitude do ministro Funaro e do presidente Sarney. Seu diagnóstico é perfeito: é mesmo completamente inviável continuar financiando o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo com dinheiro emprestado a juros e prazos de mercado. É impossível saldar esses compromissos sem sacrifícios insuportáveis. Mas na hora de receitar um remédio para esta situação consensualmente insustentável, o que eles exigem é, primeiro, novos empréstimos dessas mesmas fontes (os entre 5 e 7 bilhões de dólares de “dinheiro novo” que pedem como condição para suspender a moratória) e, segundo, que, todas as vezes em que os países devedores se mostrarem incapazes de saldar os juros dos empréstimos assim contraídos, esses juros não pagos sejam acrescidos à dívida acumulada, passando as fontes prestadoras a cobrar juros sobre o total dos empréstimos assim aumentados! Em outras palavras, o governo brasileiro primeiro diz que é impossível pagar os empréstimos no montante em que já estão e depois exige, sob a promessa e a ameaça de não pagá-los, que lhe continuem dando mais e mais empréstimos...

Ora, os bancos estrangeiros privados não são instituições de caridade para ficar atendendo os interesses dos países endividados, fornecendo-lhes créditos a fundo perdido, ainda mais sob a ameaça explícita de não vê-los saldados jamais. Esses bancos são entidades privadas que não lidam com dinheiro próprio, mas sim com o dos seus acionistas e depositantes, aos quais têm satisfações a dar (dividendos e juros a pagar), e que, por isso mesmo, devem guiar-se, para sobreviver, pelas regras do mercado. Portanto a “solução” que o nosso governo lhes exige é, para eles, uma mortal solução de arsênico, inteiramente impensável.

Assim, se estivessem realmente procurando uma solução possível, de modo sério e bem-intencionado, o presidente Sarney e o ministro Funaro deveriam, antes de mais nada, separar claramente as coisas: de um lado, a nossa dívida passada, um fato consumado, produto de um erro tanto dos nossos governos anteriores quanto dos banqueiros que lhes emprestaram mais do que deviam, e, do outro, a busca de novas formas — viáveis, desta vez — para financiar o nosso desenvolvimento futuro. Para a dívida passada, haverá maneiras de encontrar uma fórmula satisfatória para ambas as partes para viabilizar o seu pagamento, ainda que este processo requiera muito tempo e dinheiro. O governo japonês, por exemplo, está começando a experimentar, neste momento, uma fórmula para transferir, paulatinamente, para uma companhia especialmente criada para este fim, o passivo dos seus bancos nacionais em empréstimos a países do Terceiro Mundo. Outra fórmula viável seria a transformação de parte da dívida em investimentos diretos, como já está acontecendo no Chile e no México. Outras idéias poderão surgir com o tempo...

Mas, quanto aos meios de financiar o desenvolvimento futuro, uma coisa é certa — e os nossos ministros e presidente são os primeiros a reconhecê-lo, sendo de se estranhar que todos os agentes financeiros internacionais, que concordam com eles, não o tenham sugerido ainda —, têm de ser buscados outros meios que não os oferecidos pelos bancos comerciais privados. Existem, atualmente, os bancos internacionais especialmente criados para o fomento do desenvolvimento dos países em crescimento como o BID e o Banco Mundial, por exemplo, que emprestam dinheiro em condições suportáveis de prazos e de juros. Mas, mesmo que seus recursos sejam muito aumentados, não chegarão nunca a ser suficientes para suprir as necessidades de todas as nações que precisam de dinheiro alheio para desenvolver-se. Mas existe uma fonte alternativa virtualmente inesgotável: o mercado internacional de dinheiro privado em permanente busca de investimentos lucrativos.

Recentemente publicamos um artigo do NY Times que mostrava que entre 1980 e 1986 entrou nos Estados Unidos um trilhão de dólares em capitais de risco estrangeiros, dos quais 400 bilhões só do Japão. Uma reportagem publicada recentemente pela Gazeta Mercantil revelava também que os fundos de pensão norte-americanos, com um patrimônio de três trilhões de dólares, tinham, no final do primeiro semestre do ano passado, 30 bilhões desses dólares aplicados no Exterior e planejam aumentar essa cota para até 130 bilhões de dólares. Mas fazem uma exigência, em nome dos interesses dos seus depositantes: “Procuramos investir em países que são líquidos e levamos em consideração o clima econômico, o clima político, as regras cambiais e as restrições ao capital estrangeiro para escolher onde investir”...

Eis aí, portanto, a solução viável para o problema do financiamento do nosso desenvolvimento futuro e, ao mesmo tempo, a explicação de por que não podemos recorrer a ela, ficando reduzidos à contraditória, demagógica e arriscadíssima retórica do ministro Funaro e do presidente Sarney. Eles não desejam os investimentos de risco que poderiam viabilizar de forma baratíssima o financiamento do nosso desenvolvimento futuro (recentemente Funaro declarou textualmente que “não fará nada” para atrair esses investimentos), por um motivo muito simples: porque, assim como os militares do antigo regime, o presidente Sarney e o ministro Funaro querem “fazer (pessoalmente) este país crescer” exclusivamente pelo aumento do endividamento externo (que, demagogicamente, tanto condenam) porque, por esse meio, somente o Estado terá o poder de investir. Atrair investimentos externos ou fomentar os investimentos internos privados implica liberalizar a economia; implica criar regras estáveis para o funcionamento dela; implica deixar de punir o lucro do qual nascem os investimentos privados; implica deixar de espoliar a iniciativa privada para sustentar os parasitas que sustentam o poder dos detentores do Estado; implica dar mais força à iniciativa privada e entregar-lhe realmente o comando do desenvolvimento nacional e, portanto, implica reduzir o poder dos nossos ditadores econômicos.

Eis o que se esconde por trás de toda esta demagogia sobre o problema da dívida externa.